



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Noções de Direito do Trabalho**

1. A Constituição Federal do Brasil apresenta, no seu artigo 7º, uma relação de direitos dos trabalhadores que visam à melhoria de sua condição social. Dentre os direitos constitucionalmente previstos aos empregados domésticos, está
- (A) a licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
 - (B) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (C) a jornada de seis horas para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.
 - (D) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - (E) a proteção em face da automação, na forma da lei.

2. O contrato individual de trabalho caracteriza-se por um acordo bilateral correspondente à relação de emprego formada entre empregado e empregador. Nos termos da Consolidação das Leis de Trabalho, é correto afirmar:
- (A) A subordinação, a onerosidade e a não eventualidade são pressupostos do contrato de trabalho, diferentemente do que ocorre com a pessoalidade e a exclusividade na prestação dos serviços.
 - (B) Os riscos da atividade econômica são assumidos pelos dois sujeitos do contrato de trabalho na relação de emprego.
 - (C) As pessoas físicas ou os profissionais liberais autônomos não podem admitir trabalhadores como empregados.
 - (D) As instituições de beneficência ou outras instituições sem fins lucrativos não são equiparadas ao empregador, em razão da ausência de atividade econômica.
 - (E) O trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado ou à distância, não se distinguem, desde que presentes os pressupostos da relação de emprego.

3. Em relação à duração do trabalho, aos períodos de descanso e ao trabalho noturno, conforme legislação trabalhista aplicável, é correto afirmar:
- (A) A hora do trabalho noturno para o trabalho realizado nas cidades será computada como de 50 minutos.
 - (B) As variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária.
 - (C) O intervalo mínimo para refeição e descanso será de dez minutos quando o trabalho for executado entre duas horas e até seis horas diárias.
 - (D) O horário noturno para o trabalhador urbano é aquele executado entre as vinte e quatro horas de um dia e seis horas do dia seguinte.
 - (E) A duração normal do trabalho é de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

4. Zeus trabalha há dois anos no posto de abastecimento de combustíveis Deuses do Olimpo Centro Automotivo, exercendo a função de frentista, executando o abastecimento de automóveis. Conforme normas de segurança e da medicina do trabalho, Zeus faz jus ao pagamento de adicional de
- (A) insalubridade, no valor de 30% calculado sobre toda a sua remuneração.
 - (B) penosidade, no importe de 35% calculado sobre o salário-mínimo regional.
 - (C) periculosidade, no valor de 30% calculado sobre seu salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
 - (D) periculosidade, variando entre 10%, 20% ou 40% calculado sobre o salário-mínimo nacional.
 - (E) transferência e risco, no valor de 25% calculado sobre o seu salário-base, sem nenhum acréscimo.

5. As normas especiais de tutela ao trabalho preveem algumas regras específicas de proteção ao menor e à mulher. Conforme tais normas, é correto afirmar:
- (A) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher não terá direito à licença-maternidade, mas terá direito a um repouso remunerado de uma semana.
 - (B) Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez, sem que o empregador tenha ciência.
 - (C) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso-prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na Constituição Federal do Brasil.
 - (D) É proibido qualquer trabalho aos menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
 - (E) Os menores entre dezesseis e dezoito anos podem firmar recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, sem assistência dos seus responsáveis legais, bem como a eles corre normalmente o prazo de prescrição trabalhista.

Noções de Direito Processual do Trabalho

6. Lucas, residente em Brasília, foi contratado pela empresa Thor Industrial, em sua filial da cidade de Catalão, para trabalhar como viajante comercial. Durante o contrato de trabalho prestou serviços em várias cidades do Estado de Goiás e no Distrito Federal, sempre subordinado à diretoria comercial regional de Catalão. A sede da empresa está localizada na cidade de Goiânia. Após quatro anos, foi dispensado sem receber saldo salarial, férias vencidas e verbas rescisórias. A competência territorial para o ajuizamento da reclamação trabalhista é de
- (A) Catalão, por ser a cidade da filial em que ele esteve subordinado.
 - (B) qualquer cidade onde ele tenha trabalhado, exceto Brasília por pertencer ao Distrito Federal.
 - (C) Brasília, por ser a Capital Federal do Brasil.
 - (D) Goiânia, por ser a sede da empresa empregadora.
 - (E) Goiânia, Catalão ou Brasília, sendo que a escolha será da empresa empregadora.



<p>7. O Processo Judiciário do Trabalho, no que diz respeito às provas, possui regras próprias a serem aplicadas nos dissídios individuais. Sobre elas, é correto afirmar:</p> <p>(A) As partes não poderão indicar mais de cinco testemunhas, seja qual for o procedimento, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, em que esse número poderá dobrar.</p> <p>(B) O depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete indicado pela parte e as despesas daí decorrentes serão suportadas pelo erário público.</p> <p>(C) As partes, as testemunhas e os peritos serão inquiridas pelo juiz, não cabendo qualquer tipo de reinquirição, salvo se for formulado quesito por escrito, no prazo de cinco dias antes da audiência.</p> <p>(D) O juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.</p> <p>(E) Serão ouvidas as testemunhas que forem arroladas na petição inicial ou na contestação, não sendo ouvidas aquelas que comparecerem à audiência independentemente de intimação.</p>	<p>11. Nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre desapropriação é</p> <p>(A) privativa da União, e Emenda Constitucional poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas sobre desapropriação.</p> <p>(B) comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(C) privativa da União, e Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas sobre desapropriação.</p> <p>(D) concorrente da União, Estados e Distrito Federal.</p> <p>(E) privativa da União, sendo vedada a edição de qualquer norma autorizando Estados, Distrito Federal e Municípios a legislar sobre questões específicas sobre desapropriação.</p>
<p>8. Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, o executado terá, respectivamente, os seguintes prazos para: pagamento do valor da execução, garantia da execução com nomeação de bens à penhora e apresentação de embargos à execução:</p> <p>(A) quarenta e oito horas, quarenta e oito horas e cinco dias.</p> <p>(B) cinco dias, cinco dias e quarenta e oito horas.</p> <p>(C) cinco dias, dez dias e quinze dias.</p> <p>(D) quinze dias, quinze dias e dez dias.</p> <p>(E) dez dias, quinze dias e trinta dias.</p>	<p>12. Considere as seguintes assertivas sobre o Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal de 1988:</p> <p>I. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.</p> <p>II. O ato de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.</p> <p>III. Lei Ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>
<p>9. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê que das decisões são admissíveis os recursos ordinário, de revista e agravos, sempre no prazo de</p> <p>(A) oito dias.</p> <p>(B) dez dias.</p> <p>(C) cinco dias.</p> <p>(D) quarenta e oito horas.</p> <p>(E) quinze dias.</p>	<p>13. Priscila trabalha como empregada doméstica na residência de Paula na cidade de Goiânia desde o ano de 2009. A empregadora deixou de pagar, no último ano de 2012, verbas decorrentes de férias. Neste caso, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988, Priscila terá ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de</p> <p>(A) cinco anos, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(B) três anos independentemente da extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(C) três anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(D) cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(E) dez anos, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Constitucional</p> <p>10. Considere o artigo 37, VII, da Constituição Federal de 1988: <i>O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.</i></p> <p>Trata-se de norma de eficácia</p> <p>(A) contida.</p> <p>(B) plena.</p> <p>(C) limitada.</p> <p>(D) programática.</p> <p>(E) exaurida.</p>	

**Noções de Direito Administrativo**

14. A Administração pública sujeita-se a princípios previstos na Constituição Federal de 1988. Dentre eles, o princípio da
- (A) legalidade, que exige a prática de atos expressamente previstos em lei, não se aplicando quando se trata de atos discricionários.
 - (B) moralidade, que se sobrepõe aos demais princípios, inclusive ao da legalidade.
 - (C) impessoalidade, que impede a identificação do nome dos servidores nos atos praticados pela administração.
 - (D) publicidade, que exige, inclusive por meio da publicação em impressos e periódicos, seja dado conhecimento da atuação da Administração aos interessados e aos administrados em geral.
 - (E) isonomia, que impede a edição de decisões distintas a respeito de determinado pedido, independentemente da situação individual de cada requerente.

15. O poder hierárquico encontra-se presente

- (A) nas relações entre a Administração pública e as empresas regularmente contratadas por meio de licitação.
- (B) na relação funcional entre servidores estatutários e seus superiores.
- (C) nas relações de limitação de direitos que se trava entre administrados e autoridades públicas.
- (D) entre servidores estatutários de mesmo nível funcional.
- (E) somente entre servidores e superiores militares.

16. Determinada empresa foi contratada mediante regular licitação para prestação de serviços de fornecimento de medicamentos para um estabelecimento hospitalar. No decorrer da execução do contrato, diante da má execução da prestação dos serviços, a Administração

- (A) poderá impor sanções à contratada, sendo vedada rescisão do contrato antes do advento do termo final.
- (B) poderá rescindir o contrato administrativo antes do advento final, em razão da prerrogativa que dispõe a Administração para tanto.
- (C) deverá assumir a prestação dos serviços diretamente, suspendendo a execução do contrato em curso.
- (D) deverá suspender o contrato e convocar o segundo colocado na licitação para continuidade da execução do fornecimento.
- (E) poderá suspender os pagamentos e a execução do contrato e promover licitação para contratação emergencial do mesmo objeto, qual seja, o fornecimento de medicamentos.

17. Determinado órgão da Administração precisa adquirir uma grande quantidade de cartuchos de impressora. Considerando que é possível especificar precisamente os cartuchos necessários, a Administração pública

- (A) poderá realizar compra direta dos cartuchos, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- (B) deverá realizar concorrência pública, em razão da natureza dos bens a serem adquiridos.
- (C) poderá realizar a aquisição por meio de pregão, em razão da natureza dos bens que serão adquiridos.
- (D) poderá realizar licitação, por qualquer das modalidades previstas na legislação vigente.
- (E) deverá realizar licitação sob a modalidade de leilão, eletrônico ou presencial.

Noções de Gestão Pública

18. A Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao instituir, em seu Art. 1º, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, destaca, como “visão” deste poder, ser reconhecido pela sociedade como

- (A) órgão fiscalizador do cumprimento das normas e regras sociais.
- (B) instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.
- (C) ferramenta da promoção da justiça social e garantidora da imparcialidade jurídica.
- (D) colegiado, investido de poderes judicantes, para a promoção da probidade administrativa.
- (E) sistema ético garantidor da celeridade da justiça.

19. A elaboração do Orçamento Público deve basear-se em alguns princípios que o tornam mais transparente, facilitando seu controle e avaliação. Dentre os princípios orçamentários, inclui-se o princípio

- (A) da universalidade, segundo o qual o orçamento deve ser aplicável a todos os órgãos da Administração direta e indireta, indistintamente.
- (B) da periodicidade, segundo o qual o orçamento deve ser reelaborado, periodicamente, a cada término de mandato eletivo.
- (C) da anualidade, segundo o qual a fixação de despesas deve ser alterada anualmente.
- (D) do equilíbrio, segundo o qual deve haver certa equidade orçamentária entre os Estados da Federação.
- (E) da unidade, segundo o qual cada ente federado deve ter apenas um orçamento.



<p>20. O Orçamento Público no Brasil</p> <p>(A) é uma peça administrativa, de caráter indicativo, sem efeito legal.</p> <p>(B) é um instrumento de elaboração técnico-contábil que independe de negociações políticas entre esferas de poder.</p> <p>(C) tem sua proposição, aprovação e controle de execução como atribuições exclusivas de responsabilidade do Poder Executivo.</p> <p>(D) constitui-se em instrumento legal que estabelece as possibilidades de despesas do poder público, com base em estimativa de receita.</p> <p>(E) é utilizado como ferramenta de política monetária a partir do controle dos padrões de investimentos dos entes financeiros privados.</p>	<p>23. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal será de</p> <p>(A) dois anos, iniciando-se no dia 30 de janeiro dos anos pares ou, caso seja domingo ou feriado, no primeiro dia útil subsequente, e a eleição dos Desembargadores que ocuparão os referidos cargos será feita no mês de novembro dos anos ímpares.</p> <p>(B) dois anos, iniciando-se no dia 30 de janeiro dos anos ímpares ou, caso seja domingo ou feriado, no primeiro dia útil subsequente, e a eleição dos Desembargadores que ocuparão os referidos cargos será feita no mês de novembro dos anos pares.</p> <p>(C) dois anos, iniciando-se no dia 1º de fevereiro dos anos ímpares ou, caso seja domingo ou feriado, no primeiro dia útil subsequente, e a eleição dos Desembargadores que ocuparão os referidos cargos será feita no mês de dezembro dos anos pares.</p> <p>(D) dois anos, iniciando-se no dia 1º de fevereiro dos anos pares ou, caso seja domingo ou feriado, no primeiro dia útil subsequente, e a eleição dos Desembargadores que ocuparão os referidos cargos será feita no mês de dezembro dos anos ímpares.</p> <p>(E) três anos, iniciando-se no dia 1º de fevereiro dos anos ímpares ou, caso seja domingo ou feriado, no primeiro dia útil subsequente, e a eleição dos Desembargadores que ocuparão os referidos cargos será feita no mês de dezembro dos anos pares.</p>
<p>21. Constitui um objetivo básico de um departamento de compras de uma organização</p> <p>(A) procurar estabelecer as melhores condições de pagamento sem, no entanto, preocupar-se com o estabelecimento de prazos de entrega dos materiais e insumos.</p> <p>(B) abastecer estoques com dimensão suficiente para a manutenção da produção, garantindo uma margem de uma vez e meia para as necessidades anuais de insumos.</p> <p>(C) comparar qualidade de materiais e insumos, obedecendo a padrões de quantidade, sem preocupar-se com os preços.</p> <p>(D) coordenar o fluxo de suprimentos de maneira a otimizar o uso de recursos da empresa.</p> <p>(E) obter um fluxo descontinuado de suprimentos, independentemente das demandas de produção.</p>	<p>24. Considere:</p> <p>I. Mandados de Segurança.</p> <p>II. Conflitos de Competência.</p> <p>III. Agravos Regimentais.</p> <p>IV. Processos e Recursos Administrativos.</p> <p>De acordo com o Regimento Interno do TRT 18ª Região, não terão revisor, dentre outros, os feitos indicados em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV, apenas.</p> <p>(C) I, II e IV, apenas.</p> <p>(D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I, II e III, apenas.</p>
<p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região</p> <p>22. Sobre o Procedimento Disciplinar relativo aos Magistrados de Primeiro Grau é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Instaurado, o processo será autuado como matéria administrativa de natureza reservada e sigilosa, e remetido ao Corregedor-Geral, relator nato, na forma regimental.</p> <p>(B) O processo disciplinar correrá na Secretaria-Geral da Presidência, em segredo de justiça.</p> <p>(C) Recebido o processo, o relator, entendendo não se tratar de caso que justifique representação, proporá o seu indeferimento ou, caso contrário, abrirá vista ao magistrado para defesa, pelo prazo de quinze dias.</p> <p>(D) O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região permite a instauração de Processo Disciplinar contra Magistrado de Primeiro Grau por iniciativa do Corregedor, de ofício.</p> <p>(E) Instaurado o processo disciplinar, havendo necessidade, serão determinadas as diligências necessárias para o devido esclarecimento dos fatos, inclusive realização de audiência de instrução, que será feita em sessão secreta, no prazo máximo de dez dias, após o término do prazo para defesa.</p>	<p>25. Sobre a Ordem do Serviço no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, especificamente em relação às pautas, independe de inclusão em pauta, dentre outros casos,</p> <p>(A) as medidas cautelares nos autos dos processos de competência do Tribunal.</p> <p>(B) o agravo de petição.</p> <p>(C) os recursos ordinários previstos na CLT.</p> <p>(D) o agravo regimental.</p> <p>(E) a homologação de acordo em dissídio coletivo ou conflito de competência.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 26 a 35, considere o texto abaixo.

O tempo não para

O processo é conhecido. Os custos crescem, os competidores avançam, e os acionistas querem resultados. Saída: renovar os quadros. Leia-se: livrar-se dos funcionários mais velhos e caros, contratar jovens efebos, com muita vontade e pequeno salário. Dito e feito. Então, o trabalho emperra, os clientes reclamam, mas a planilha de custos fala mais alto. Assim tem sido: a cada crise, interna ou externa, as empresas rejuvenescem seus quadros. Alguns observadores batizaram o processo de “juniorização”.

Uma empresa “juniorizada” salta aos olhos. Antes, o escritório, silencioso e solene, era dominado por calvícies e cabelos brancos. Seis meses depois, o nível de ruído aumentou, e uma horda juvenil se estabeleceu. Foram-se as regras e procedimentos, substituídos por um frenesi frequentemente confundido com agilidade e produtividade. O mais importante é, porém, que a folha de pagamento foi reduzida. Inferno na Terra, paz no Olimpo corporativo.

Renovar sistematicamente os quadros é um princípio de gestão importante para as empresas. Profissionais mais jovens trazem novas ideias, colocam em xeque processos anacrônicos e ajudam a evitar que a empresa envelheça e perca o contato com as mudanças em seu ambiente de negócios. A renovação, realizada na medida certa, traz efeitos positivos.

A juniorização, por ser realizada com o propósito de reduzir custos, compromete a qualidade da gestão e põe em risco o futuro das companhias. Vista como panaceia, evita que a empresa trate de questões mais substantivas, relacionadas ao seu modelo de negócios e às suas práticas de gestão.

Além disso, a juniorização segue na contramão da demografia. O Brasil está envelhecendo. Nas próximas décadas, as empresas terão de lidar com quadros profissionais cada vez mais maduros. Uma pesquisa recente, realizada pela consultoria PwC e a FGV-Eaes, instituição à qual este escriba está ligado, procurou avaliar como o mundo corporativo se prepara para o fenômeno. Foram ouvidas mais de cem empresas, de diversos segmentos da economia. Algumas conclusões são preocupantes.

Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos. Consequentemente, a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros. Em segundo lugar, as companhias reconhecem: profissionais mais maduros possuem competências valiosas, relacionadas à capacidade de realizar diagnósticos e

resolver problemas, além de apresentar maior equilíbrio emocional. Paradoxalmente, elas não contam com modelos de gestão de carreira que facilitem os processos pelos quais tais características poderiam ser mais bem exploradas. Em terceiro lugar, há poucas iniciativas para garantir maior qualidade de vida e para ter quadros mais saudáveis no futuro. Há também poucas ações para acomodar o perfil e as necessidades dos profissionais próximos da aposentadoria.

(Adaptado de: Thomaz Wood Jr., **CartaCapital**, 21/04/2013, www.cartacapital.com.br/sociedade/o-tempo-nao-para)

26. A definição do processo de “juniorização” que pode ser corretamente depreendida do texto é:

- (A) a substituição, feita por empresas em tempos de crise, de funcionários antigos por empregados mais jovens, com consequente diminuição da folha de pagamento e piora na qualidade da execução do trabalho.
- (B) a saudável revitalização do ambiente de trabalho, trazida às empresas por funcionários mais jovens e dinâmicos, que não se atêm às regras em favor da produtividade e da rapidez na realização de suas tarefas.
- (C) a contratação de funcionários mais jovens e mais ativos em substituição aos funcionários antigos e acomodados, com o ganho adicional para as empresas advindo da diminuição de seus custos.
- (D) o inevitável rejuvenescimento do corpo funcional das empresas que, durante as crises, precisam ao mesmo tempo diminuir a folha de pagamento e aumentar a criatividade de seus funcionários.
- (E) a diminuição da idade média do quadro de pessoal das empresas, feita por meio da contratação de funcionários mais jovens, que gradualmente vão se mesclando aos funcionários mais antigos e experientes.

27. Os resultados da pesquisa comentada pelo autor do texto mostram que

- I. as empresas brasileiras pesquisadas não estão, em geral, preparadas para o envelhecimento da população ora em curso no Brasil, o que demandaria estratégias para se beneficiarem das qualidades dos funcionários mais velhos, efetivos ou potenciais.
- II. menos da metade das empresas brasileiras pesquisadas considera que a insuficiência do mercado de trabalho para suprir funcionários excepcionais pode ser compensada com a contratação de profissionais mais velhos e experientes.
- III. a maior parte das empresas brasileiras pesquisadas recusa-se a admitir que os profissionais mais velhos levam vantagem sobre os mais jovens em aspectos como a identificação e a resolução de problemas, e a estabilidade emocional.

Atende ao enunciado o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.



<p>28. Considerado o contexto, o segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:</p> <p>(A) <i>alternativa à escassez de talentos</i> (último parágrafo) = oposição ao desaparecimento das aptidões</p> <p>(B) <i>compromete a qualidade da gestão</i> (4º parágrafo) = confronta a excelência da produção</p> <p>(C) <i>confundido com agilidade e produtividade</i> (2º parágrafo) = tomado por presteza e rendimento</p> <p>(D) <i>uma horda juvenil se estabeleceu</i> (2º parágrafo) = uma gama novidadeira se consolidou</p> <p>(E) <i>colocam em xeque processos anacrônicos</i> (3º parágrafo) = questionam procedimentos ilícitos</p>	<p>32. <i>Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos. Consequentemente, a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</i></p> <p>As frases acima articulam-se num único período, com correção, clareza e mantendo-se o sentido original, em:</p> <p>(A) Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos, se bem que a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</p> <p>(B) Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos, de sorte que a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</p> <p>(C) Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos, por que a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</p> <p>(D) Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos, contanto que a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</p> <p>(E) Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa à escassez de talentos, ao passo em que a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.</p>
<p>29. ... e <u>perca</u> o contato com as mudanças em seu ambiente de negócios.</p> <p>O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:</p> <p>(A) ... <i>modelos de gestão de carreira que facilitem os processos...</i></p> <p>(B) <i>Alguns observadores batizaram o processo de "juniorização".</i></p> <p>(C) ... <i>menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que...</i></p> <p>(D) ... <i>e uma horda juvenil se estabeleceu.</i></p> <p>(E) ... <i>a juniorização segue na contramão da demografia.</i></p>	<p>33. <i>A juniorização [...] põe em risco o futuro das companhias.</i></p> <p>A transposição da frase acima para a voz passiva terá como resultado a forma verbal:</p> <p>(A) <i>foram postas.</i></p> <p>(B) <i>são postas.</i></p> <p>(C) <i>foi posto.</i></p> <p>(D) <i>põem-se.</i></p> <p>(E) <i>é posto.</i></p>
<p>30. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:</p> <p>(A) <i>contratar <u>jovens efebos</u></i> = contratar-lhes</p> <p>(B) <i>não possui <u>mecanismos</u></i> = não os possui</p> <p>(C) <i>resolver <u>problemas</u></i> = resolvê-los</p> <p>(D) <i>compromete <u>a qualidade</u></i> = compromete-a</p> <p>(E) <i>rejuvenescem <u>seus quadros</u></i> = rejuvenescem-nos</p>	<p>34. Sobre a pontuação empregada no texto, afirma-se corretamente que, na frase</p> <p>(A) <i>Paradoxalmente, elas não contam com modelos de gestão de carreira que facilitem os processos pelos quais tais características poderiam ser mais bem exploradas</i> (último parágrafo), uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de <i>carreira</i>, sem prejuízo para o sentido original.</p> <p>(B) <i>Renovar sistematicamente os quadros é um princípio de gestão importante para as empresas</i> (3º parágrafo), seria adequada a colocação de uma vírgula imediatamente depois de <i>quadros</i>.</p> <p>(C) <i>Assim tem sido: a cada crise, interna ou externa, as empresas rejuvenescem seus quadros</i> (1º parágrafo), os dois-pontos poderiam ser suprimidos sem prejuízo para a clareza e o sentido original.</p> <p>(D) <i>Foram-se as regras e procedimentos, substituídos por um frenesi frequentemente confundido com agilidade e produtividade</i> (2º parágrafo), a vírgula poderia ser deslocada para logo depois de <i>substituídos</i>, sem prejuízo para a correção e a clareza.</p> <p>(E) <i>Os custos crescem, os competidores avançam, e os acionistas querem resultados</i> (1º parágrafo), a colocação da vírgula imediatamente depois de <i>avançam</i> está plenamente adequada.</p>
<p>31. ... elas não <u>contam</u> com modelos de gestão de carreira...</p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está empregado em:</p> <p>(A) ... <i>as empresas rejuvenescem seus quadros.</i></p> <p>(B) ... <i>que a empresa trate de questões mais substantivas...</i></p> <p>(C) <i>Algumas conclusões são preocupantes.</i></p> <p>(D) <i>A juniorização [...] compromete a qualidade da gestão...</i></p> <p>(E) ... <i>mas a planilha de custos fala mais alto.</i></p>	



35. O verbo empregado no singular que também poderia ter sido empregado no plural, sem prejuízo do respeito às normas de concordância verbal, está grifado em:

- (A) *Uma pesquisa recente [...] procurou avaliar como o mundo corporativo se prepara para o fenômeno.*
- (B) *A juniorização, por ser realizada com o propósito de reduzir custos, compromete a qualidade da gestão...*
- (C) *Então, o trabalho emperra, os clientes reclamam, mas a planilha de custos fala mais alto.*
- (D) *Em terceiro lugar, há poucas iniciativas para garantir maior qualidade de vida e para ter quadros mais saudáveis no futuro.*
- (E) *Conseqüentemente, a maioria das empresas não possui mecanismos para atrair e manter tais quadros.*

Atenção: Para responder às questões de números 36 a 42, considere o texto abaixo.

A cidade de Goiás, antiga Villa-Boa de Goyaz, que até o ano de 1933 ostentou a condição de capital do Estado, surgiu das povoações fundadas, em 1926, pelo explorador paulista Bartolomeu Bueno, o filho.

Nascida em decorrência do ciclo do ouro, a cidade atingiu o auge durante o século XVIII.

A partir desse período, o seu núcleo central foi assumindo aparência arquitetônica própria, que ainda hoje conserva, num estilo colonial condizente com as condições da região.

Encravada às margens do rio Vermelho, num vale cercado por colinas, impossibilitada fisicamente de expandir-se, a cidade acabou por assumir um ar romântico imposto por contingências históricas e por força de sua situação geográfica.

Privilegiada no sentido de colocar as pessoas em contato permanente com os elementos da natureza, esse aspecto foi acentuado por seus riachos cristalinos e sua vegetação peculiar, suas ruas sinuosas e irregulares, suas ladeiras pedregosas, seus tortuosos e misteriosos becos, seus muros de pedra. Esses mesmos muros de pedra que alimentaram as lendas sobre os escravos que os construíram e sobre a existência de tesouros em pepita e ouro em pó, escondidos em suas fendas. Lendas que provocavam a imaginação das crianças, juntamente com os outros casos que os mais velhos contavam ao cair da noite, revivendo as tradições tribais, tanto da África quanto de nossos aborígenes.

Esse costume de os mais velhos contarem casos às crianças, ao entardecer, é um fato psicológico que deve ser realçado como elemento provocador, por excelência, da imaginação criadora dos vilaboenses.

O “contar casos” se constituiu numa tradição familiar de nossos ancestrais que Cora Coralina faz reviver em sua obra com toda pujança de seu poder criador.

Em seus poemas encontramos o estilo oral desses “casos”, sem invencionices literárias, gravados com a aparente simplicidade que caracteriza a sua obra poética.

(Adaptado da apresentação de: Cora Coralina. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 8. ed. S.Paulo: Global, 2001. p. 6 e 7)

36. O texto estabelece uma estreita relação entre

- (A) o nascimento da cidade em pleno ciclo do ouro e a riqueza que possibilitou a preservação da arquitetura colonial da cidade de Goiás.
- (B) a força da natureza que envolve a cidade de Goiás e o fato de suas construções terem resistido durante tanto tempo às transformações impostas pela modernidade.
- (C) o fato de Goiás ter deixado de ser a capital do estado em 1933 e a impossibilidade de a cidade expandir-se fisicamente.
- (D) as características naturais e arquitetônicas da cidade de Goiás e as histórias misteriosas e as lendas que têm circulado pela cidade.
- (E) os poemas simples e românticos de Cora Coralina e a simplicidade dos escravos e índios que construíram e povoaram a cidade de Goiás.

37. *A partir desse período, o seu núcleo central foi assumindo aparência arquitetônica própria, que ainda hoje conserva, num estilo colonial condizente com as condições da região.*

Encravada às margens do rio Vermelho, num vale cercado por colinas, impossibilitada fisicamente de expandir-se, a cidade acabou por assumir um ar romântico imposto por contingências históricas e por força de sua situação geográfica.

Os elementos em destaque no trecho acima têm, respectivamente, o sentido de:

- (A) em sintonia - tramas
- (B) em paralelo - decretos
- (C) contrastante - acontecimentos
- (D) em harmonia - circunstâncias
- (E) em dissonância - ficções

38. Os verbos de ambas as frases estão empregados nos mesmos tempo e modo:

- (A) *... que até o ano de 1933 ostentou a condição de capital do Estado... / ... as lendas sobre os escravos que os construíram...*
- (B) *Lendas que provocavam a imaginação das crianças... / ... a aparente simplicidade que caracteriza a sua obra poética.*
- (C) *... a cidade atingiu o auge durante o século XVIII. / ... que ainda hoje conserva...*
- (D) *Esses mesmos muros de pedra que alimentaram as lendas... / ... juntamente com os outros casos que os mais velhos contavam...*
- (E) *... surgiu das povoações fundadas, em 1926, pelo explorador paulista Bartolomeu Bueno, o filho. / ... é um fato psicológico que...*



39. A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva é:

- (A) *Em seus poemas encontramos o estilo oral desses "casos"...*
 (B) *A cidade de Goiás [...] surgiu das povoações...*
 (C) *... que alimentaram as lendas sobre os escravos...*
 (D) *Lendas que provocavam a imaginação das crianças...*
 (E) *... a cidade atingiu o auge durante o século XVIII.*

40. a cidade acabou por assumir um ar romântico
 muros de pedra que alimentaram as lendas
 costume de os mais velhos contarem casos às crianças

A substituição dos elementos grifados nos segmentos acima pelos pronomes correspondentes, com os ajustes necessários, foi realizada de modo correto em:

- (A) a cidade acabou por assumir-lhe – muros de pedra que lhes alimentaram – costume de os mais velhos as contarem casos
 (B) a cidade acabou por o assumir – muros de pedra que lhes alimentaram – costume de os mais velhos contarem-lhes casos
 (C) a cidade acabou por assumi-lo – muros de pedra que as alimentaram – costume de os mais velhos lhes contarem casos
 (D) a cidade acabou por assumi-lo – muros de pedra que as alimentaram – costume de os mais velhos as contarem casos
 (E) a cidade acabou por assumir-lhe – muros de pedra que alimentaram-as – costume de os mais velhos lhes contarem casos

41. Em seus poemas encontramos o estilo oral desses "casos", sem invencionices literárias...

Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento que o grifado acima estão empregados nas seguintes frases:

- I. *A cidade de Goiás [...] surgiu das povoações...*
 II. *Esse costume de os mais velhos contarem casos às crianças...*
 III. *... as lendas sobre os escravos que os construíram...*
 IV. *Lendas que provocavam a imaginação das crianças...*

Atende ao enunciado APENAS o que consta em

- (A) I, II e III.
 (B) I, II e IV.
 (C) I e III.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

42. Adaptada de texto da orelha do livro **Vintém de cobre**, a frase cuja pontuação está inteiramente adequada é:

- (A) Cora Coralina nasceu na cidade de Goiás, em 1889, e teve uma trajetória literária peculiar, pois, embora escrevesse desde moça, tinha 76 anos quando seu primeiro livro foi publicado.
 (B) Cora Coralina nasceu, na cidade de Goiás, em 1889 e teve uma trajetória literária peculiar, pois embora escrevesse desde moça, tinha 76 anos quando seu primeiro livro foi publicado.
 (C) Cora Coralina nasceu na cidade de Goiás, em 1889 e teve uma trajetória literária peculiar pois, embora escrevesse desde moça tinha 76 anos, quando seu primeiro livro foi publicado.
 (D) Cora Coralina nasceu na cidade de Goiás, em 1889, e teve uma trajetória literária, peculiar, pois embora escrevesse desde moça, tinha 76 anos quando seu primeiro livro foi publicado.
 (E) Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás em 1889, e teve uma trajetória literária peculiar, pois embora escrevesse, desde moça, tinha 76 anos quando seu primeiro livro foi publicado.

43. *Essa matriarca era de uma saúde admirável e não mais se intrometia na direção da casa. Tinha um pitinho pequenino de barro, feito capricho pelas paneleiras do lugar. O fumo era preparado por Nhá-Bá, colhido nas hortas. Destaladas, murchas as folhas, eram entregues velha mãe que fazia a torção de forma especial, que só ela sabia fazer.*
 [...] *Daquela avó emanava um cheiro indefinido e adocicado de folhas murchas que se misturavam fumo desfiado, cânfora e baunilha.*

(Cora Coralina. "Na Fazenda Paraíso", **Op. cit.**, p.59)

Preenchem corretamente as lacunas dos versos acima, na ordem dada:

- (A) à - a - à
 (B) a - à - a
 (C) a - a - à
 (D) à - à - a
 (E) a - à - à

44. Não te destruir...

Ajuntando novas pedras

E construindo novos poemas.

..... tua vida, sempre, sempre.

..... pedras (...)

(Cora Coralina. "Aninha e suas pedras", **Op. cit.**, p.148)

Preenchem corretamente as lacunas dos versos acima, na ordem dada:

- (A) *deixas* - *Recrie* - *Remove*
 (B) *deixe* - *Recrie* - *Remove*
 (C) *deixes* - *Recria* - *Remove*
 (D) *deixes* - *Recria* - *Remove*
 (E) *deixe* - *Recria* - *Remove*



45. *Diferentes tradições de estudos e pesquisas, não só em comunicação como em outras áreas disciplinares, possibilitado a ampliação do desenvolvimento de trabalhos, sobretudo a partir de 1980, envolvendo análises sobre a interação entre recepção e comunicação. A questão não é nova e sendo pesquisada desde o início do século, especialmente no que se às relações entre os veículos de comunicação e o receptor.*

(Mauro Wilton de Sousa. "Recepção e comunicação: a busca do sujeito". **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense. 1995. p.13)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

- (A) têm - vêm - referem
(B) tem - vem - referem
(C) têm - vem - refere
(D) tem - vêm - refere
(E) têm - vem - referem

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

46. Para montar um tipo de enfeite de mesa para festas de casamento, uma empresa de eventos utiliza um pequeno vaso, quatro flores artificiais e uma vela colorida. Cada vaso custa R\$ 0,80, cada flor R\$ 0,25 e cada vela R\$ 1,20. O custo de produzir 70 desses enfeites para uma festa de casamento, em reais, é igual a

- (A) 140,00.
(B) 157,50.
(C) 175,00.
(D) 192,50.
(E) 210,00.

47. A versão atual de certo automóvel consome 0,15 litros de gasolina para cada quilômetro rodado. O fabricante anunciou que a nova versão desse carro, a ser lançada no próximo ano, terá uma redução de 20% no consumo de gasolina em relação à versão atual. De acordo com a informação do fabricante, para rodar 200 quilômetros, a nova versão desse automóvel consumirá um total de litros de gasolina igual a

- (A) 20.
(B) 24.
(C) 28.
(D) 30.
(E) 36.

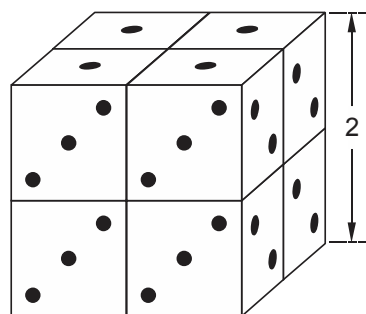
48. Em dado instante, o marcador de combustível de um carro indicava que o tanque estava com $\frac{5}{8}$ de sua capacidade. A partir desse instante, foram consumidos 25,5 litros de combustível, passando o marcador a indicar $\frac{1}{4}$ da capacidade do tanque. A capacidade do tanque desse carro, em litros, é igual a

- (A) 60.
(B) 64.
(C) 66.
(D) 68.
(E) 72.

49. A audiência do Sr. José estava marcada para uma segunda-feira. Como ele deixou de apresentar ao tribunal uma série de documentos, o juiz determinou que ela fosse re-marcada para exatos 100 dias após a data original. A nova data da audiência do Sr. José cairá em uma

- (A) quinta-feira.
(B) terça-feira.
(C) sexta-feira.
(D) quarta-feira.
(E) segunda-feira.

50. Empilhando de modo conveniente 8 dados idênticos, formamos um cubo de altura 2, como representado na figura.



Do mesmo modo, para formar um cubo de altura 4, será necessário empilhar de modo conveniente um total de dados idênticos igual a

- (A) 64.
(B) 48.
(C) 36.
(D) 24.
(E) 16.

**DISCURSIVA**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que for assinada fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva.

As áreas urbanas do mundo vão mais que dobrar de tamanho até 2030. O motivo é o crescimento descontrolado da população mundial, aliado a um processo migratório desordenado de pessoas para as zonas urbanas. O impacto desse crescimento será mais intenso em cidades pequenas e médias, diz estudo divulgado por ocasião de um encontro sobre biodiversidade na Índia.

No entanto, para alguns, o fato de o planeta ser obrigado a urbanizar novas áreas pode representar uma oportunidade para o surgimento de cidades planejadas, mais verdes e saudáveis.

(Adaptado de: g1.globo.com/.../expansão-de-cidades-ate-2030-e-chance-do-urbanismo-verde)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que discuta **a formação de centros urbanos sustentáveis no século XXI.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	